

HABEAS CORPUS Nº 465.725 - PR (2018/0215235-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : MEYR DA SILVA
ADVOGADOS : MEYR DA SILVA - PR080363
DÉBORA MANOEL RIBEIRO - PR076492
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : MARCIANO PEREIRA PEIXOTO (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. POSTERIOR REVOGAÇÃO DA CONSTRIÇÃO. SATISFAÇÃO DA PRETENSÃO DEFENSIVA. AUSÊNCIA SUPERVENIENTE DE INTERESSE DE AGIR. PEDIDO DE *HABEAS CORPUS* PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MARCIANO PEREIRA PEIXOTO – denunciado sob a acusação da prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, 35, *caput*, e 40, incisos III e VI, todos da Lei n.º 11.343/2006 (fls. 36-56) – contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, proferido no HC n.º 0025330-51.2018.8.16.0000.

Consta nos autos que, em 14/03/2018, foi decretada a prisão preventiva do Paciente, no decorrer de investigação da Polícia Civil estadual (Operação Égide), que apurava a prática dos delitos de tráfico de drogas, associação criminosa e roubos de veículos e residências, supostamente cometidos por dois grupos criminosos rivais.

Narra o decreto constitutivo que há indícios de envolvimento do Paciente com uma das organizações criminosas, pois ele realizaria tráfico de drogas em área de domínio de grupo rival, o que teria gerado, inclusive, disputas territoriais entre as facções.

Contra a constrição, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, em acórdão assim ementado (fl. 59):

"HABEAS CORPUS" – PACIENTE PRESO E DENUNCIADO PELA PRÁTICA, EM TESE, DOS CRIMES DE TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO – PRETENSÃO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – NÃO ACOLHIMENTO – EXISTÊNCIA DE

PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA ('FUMUS COMISSI DELICTI') – NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA DEMONSTRADA PELA GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO – POSSÍVEL ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA VOLTADA AO TRÁFICO DE DROGAS, ESTRUTURADA, QUE ATUAVA MEDIANTE 'MODUS OPERANDI' COMPLEXO – REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA – 'PERICULUM LIBERTATIS' – DECISÃO QUE CONVERTEU A PRISÃO TEMPORÁRIA EM PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA – CONDIÇÕES PESSOAIS POSITIVAS QUE NÃO GARANTEM EVENTUAL DIREITO À LIBERDADE – MEDIDAS CAUTELARES NÃO RECOMENDADAS E INSUFICIENTES PARA ACAUTELAR A ORDEM PÚBLICA – ORDEM DENEGADA."

Alega o Impetrante, em suma, que não existem fundamentos para a manutenção da prisão preventiva.

Aduz, para tanto, que *"embora o Paciente ostente condenação anterior com trânsito em julgado, ao mesmo foi concedido o regime semiaberto em 21 de outubro de 2016, seq. 49.1, e por não haver vagas disponíveis no sistema encontrava-se em prisão domiciliar desde o dia 17 de novembro de 2016 (...) conforme alvará de soltura da mesma data"* (fl. 6).

Assevera também que o Paciente possui condições pessoais favoráveis e encontrava-se cumprindo sua pena rigorosamente, sem registro de qualquer prática delituosa.

Salienta, ainda, que nada ilícito foi encontrado na residência do Réu e que o relatório policial não indicou provas concretas e robustas para embasar uma futura condenação, tampouco indícios suficientes que fundamentem a prisão preventiva.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura e, subsidiariamente, a substituição da custódia por medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal.

O pedido de liminar foi indeferido (fls. 74-82).

Foram prestadas informações.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 170-176, pela denegação do *habeas corpus*.

É o relatório. Decido.

Em atendimento ao pedido de informações solicitado pelo meu Gabinete, em

Superior Tribunal de Justiça

29/11/2019, o Juízo Processante encaminhou aos autos a sentença proferida em 15/10/2019, por intermédio da qual o Paciente foi "*definitivamente condenado à pena privativa de liberdade 06 (SEIS) ANOS, 05 (CINCO) MESES E 20 (VINTE) DIAS DE RECLUSÃO E 1300 (MIL E TREZENTOS) DIAS-MULTA*" (fl. 403), pelo crime de associação para o tráfico de drogas. Na oportunidade, o Juiz de Direito consignou ainda o que se segue (fl. 405):

"[...] revogo a determinação de arrestamento cautelar do condenado, e autorizo que o mesmo permaneça em prisão domiciliar, em regime semiaberto harmonizado, até que seja disponibilizada a vaga na unidade prisional adequada, ressaltando que em caso de descumprimento das condições impostas e/ou a prática de fato definido como crime doloso, acarretará a imediata revogação do benefício."

Assim, não há mais interesse na tramitação da presente via de impugnação, pois a pretensão formulada foi satisfeita supervenientemente à impetração do presente *writ*.

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o pedido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora